



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO
MUNICÍPIO DE JUÍNA
ESTADO DE MATO GROSSO

PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº 025/2021, EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 009/2021, REGISTRO DE PREÇO DO TIPO “MENOR PREÇO POR ITEM”, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES EM GERAL, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES, NO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT.

SOLICITANTE: PREGOEIRO OFICIAL
ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL

Vistos, etc...

Trata-se de solicitação de Parecer Jurídico oriundo do Diretor Geral do DAES – Departamento de Água e Esgoto Sanitário, Autarquia situada na Av. Gabriel Müller, 108-N, Bairro Módulo 02, em Juína, Estado de Mato Grosso, com o CNPJ de nº. 04.709.778/001-25, em que requer opinião da Assessoria Jurídica a respeito do Edital do Pregão Presencial nº 008/2021 para futura e eventual aquisição de uniformes em geral, para atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, no município de Juína-MT, da minuta da ata de registros de preços e outros documentos, se os mesmos atendem ao contido na Lei Federal nº 8.666/93 e nº 10.520/2002.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.520/2002, o Pregão é modalidade de licitação que pode ser adotada para aquisição de bens e serviços comuns, e a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Os bens e serviços comuns são definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Trata-se, portanto, de bens e serviços geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço.

Neste sentido, a aquisição de uniformes em geral descritos no pedido nº 019/2021 se enquadram no conceito de serviços comuns, portanto suscetíveis de serem licitados pela modalidade pregão.

A Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu normas gerais para a concretização do tratamento simplificado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), tal como previsto na Constituição Federal por meio dos seguintes mandamentos:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

[...]

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Denota-se que a legislação concede às microempresas e empresas de pequeno porte um tratamento diferenciado garantindo-lhe certos “benefícios” em relação as demais empresas.

A Lei Complementar nº 123/2006 disciplina o favorecimento dessas pequenas empresas em matérias voltas as áreas tributárias, empresarial, trabalhista creditícia e, também quanto ao acesso às contratações públicas, conforme se vê:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Em relação as contratações com o poder público, estipula a exclusividade destas em licitações por item de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme estabelecido pela Lei Complementar:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

No caso, observa-se que não há no Termo de Referência nº 010/2021 item com valor acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo o item de maior valor ao patamar de R\$ 7.609,50 (sete mil seiscentos e nove reais e cinquenta centavos), devendo ser garantida a exclusividade prevista para ME e EPP.

Analisando o edital em questão, que segue em anexo a solicitação, verifica-se que contém no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta e para início da abertura dos envelopes, conforme disposto no caput do art. 40, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Em relação à Minuta da Ata de Registro de Preços, conclui-se que estabelece com clareza e precisão as condições para a execução, expressas em cláusulas que

definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, como prescreve o art. 54, § 1º, da Lei das Licitações, estão constantes todas as cláusulas necessárias elencadas nos incisos do art. 55, razão pela qual entendo que tanto o Edital como a Minuta guardam regularidade e adequação com a legislação específica.

Os outros documentos – termo de referência e declarações – são úteis e necessários para os fins de que o presente processo atinja a sua finalidade.

DIANTE DO EXPOSTO, uma vez verificada a legalidade e regularidade, **OPINO** que tanto o edital – com observação em relação a este -, a minuta e demais documentos podem ser adotados, vez que atendem o estipulado pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002.

Cumpre salientar, que o presente Parecer tem por objetivo orientar o Gestor, embasadas em tese aceitável e/ou alicerçadas em lição de doutrina e jurisprudência, que atende ao princípio da motivação e confere segurança jurídica na tomada das decisões de sua competência.

Entretanto, a Assessoria Jurídica do DAES responsabiliza-se tão somente pela interpretação dos documentos que lhe foram disponibilizados para sua análise e emissão do parecer. Caso a recomendação do jurídico não seja cumprida em sua totalidade, segundo entendimento da jurisprudência/ legislação sobre o tema, a permanência das disposições repudiadas será de responsabilidade dos Administradores Públicos que anuíram com o ato.

É O PARECER QUE SUBMETO A CONSIDERAÇÃO DO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DESIGNADO E, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, AO ILUSTRÍSSIMO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DE JUINA ESTADO DO MATO GROSSO.

Juína/MT, 13 de abril de 2021


ELZANE DE SOUZA DIAS

OAB/MT nº 27.155-0

Assessora Jurídica DAES

Portaria n.º 001/2021